

atlas *de* **RELACÕES INTERNACIONAIS**

N.º 19

A DINAMARCA E O PROBLEMA EUROPEU

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Feições Fisiográficas. 2 — População. 3 — Evolução Histórica. 4 — Condições Econômicas. 5 — O Problema Europeu 2

TAIWAN E AS ILHAS DE RYU-KYU

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Aspectos Físicos 2 — As Populações. 3 — Economia. 4 — Evolução Histórica. 5 — Os Arquipélagos 9

A REPÚBLICA DA GUATEMALA

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

- 1 — Síntese Histórica. 2 — Aspecto Geográfico. 3 — Situação Econômica. 4 — A Questão de Belize. 14

RHODÉSIA: INDEPENDÊNCIA E APARTHEÍSMO

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

- 1 — Formação Geohistórica. 2 — Aspecto Geoeconômico. 3 — O Hinterland e a República Sul-Africana. 4 — Os Negros e o Nacionalismo 5 — Situação Política. 20

A Dinamarca e o problema Europeu

Delgado de Carvalho

1 — Feições Fisiográficas

A *Escandinávia* é um mundo à parte no continente europeu; constituído por quatro nações, mede mais de meio milhão de quilómetros quadrados e possui população de mais de vinte e um milhão de habitantes (1967). O mar representa o principal elemento de ligação entre os seus quatro países e, por isso, constitui-se no fator econômico mais importante em sua formação social e política. A não ser a *Finlândia*, as três monarquias — *Suécia*, *Dinamarca* e *Noruega* — acusam afinidades étnicas bem marcadas, com idiomas da mesma família lingüística. A vida econômica tem dotado a *Escandinávia* de certa concorrência entre suas regiões, explicando o insucesso que tiveram, no decorrer da sua história, as diferentes tentativas de união política; o espírito pacífico dos escandinavos nunca conseguiu abafar o nacionalismo que os separa

Geograficamente, são diversas as feições comuns que constituem sua originalidade e relativo isolamento. “Os geólogos, diz M. Sarreméjean, distinguem o escudo báltico antigo ou Fenosândia Noruega, Suécia e Finlândia de sua orla sedimentar, onde se coloca a Dinamarca” (Lamolette *L'Europe* —I—pág. 77). O mar Báltico que os separa é um lago escandinavo que, pelos golfos de Finlândia e de Riga penetra na maciça planície da Eurásia eslava

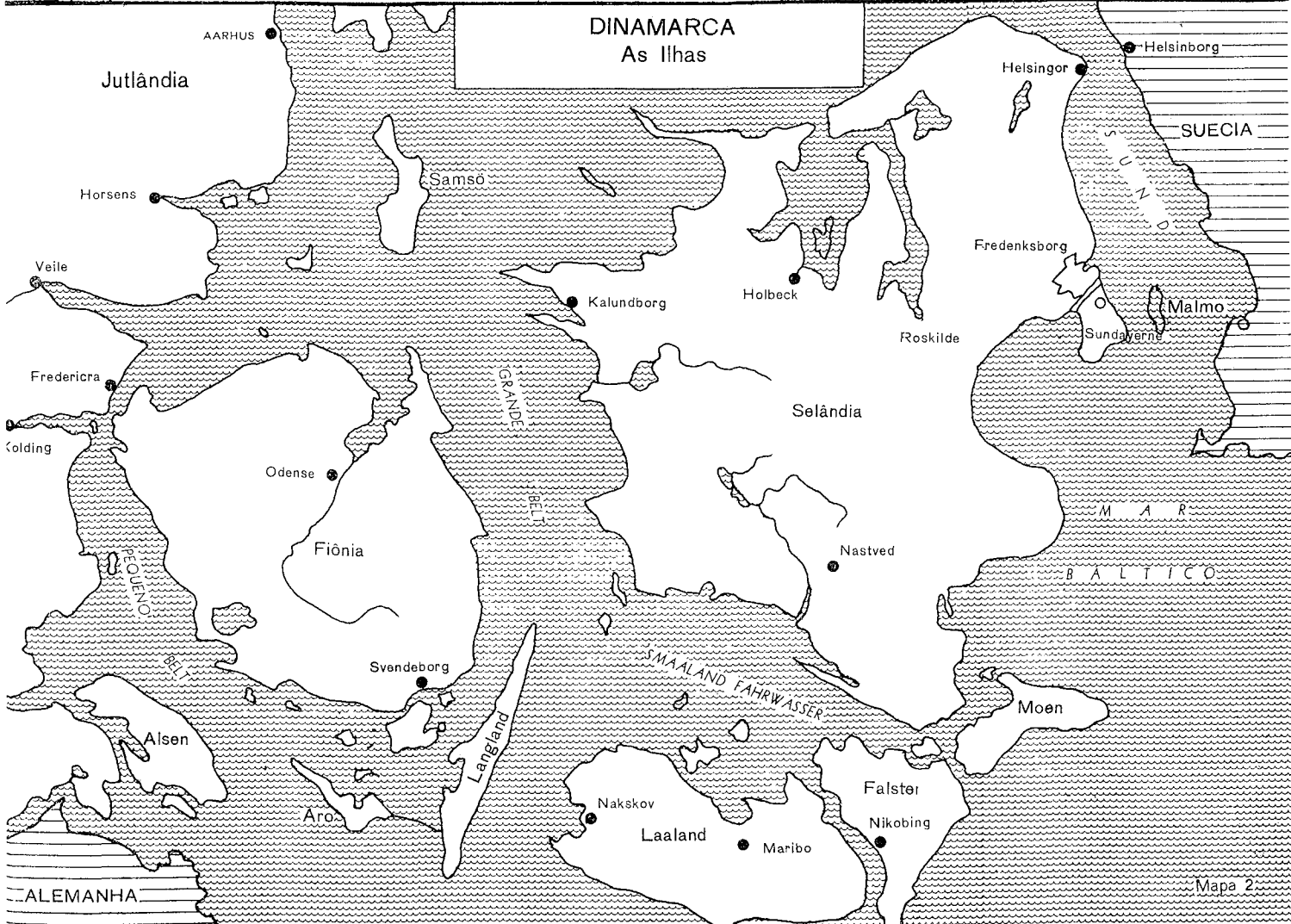
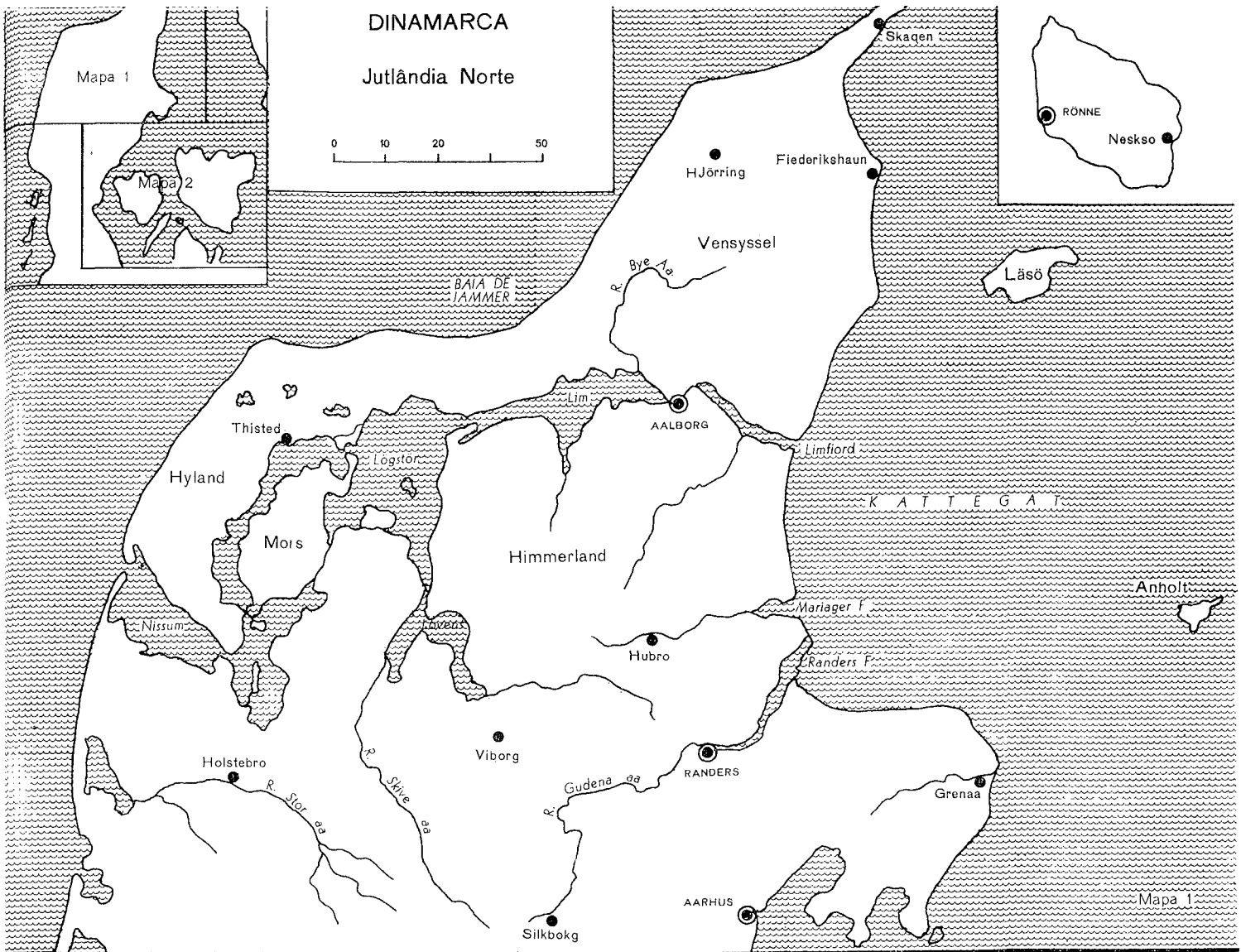
A base sôbre a qual repousam as terras escandinavas e seu chamado “es-

cudo” é das formações geológicas mais antigas do globo. A região foi inicialmente percorrida pelo dobramento caledoniano, cujo relêvo subsiste na Noruega; a erosão desgastou o sistema e os sedimentos se depositaram nas planícies suecas, dinamarquesas e lituanas; as feições essenciais destas regiões resultam das geleiras da época terciária que foram recuando para o norte, abandonando morainas alongadas, com lagos nas depressões.

O *litoral ocidental da Jutlândia* (parte continental) sôbre o mar do Norte oferece uma linha costeira quase retilínea, formada por cordões arenosos que fecham largos golfos transformados em lagoas, como *Ringkjöbing*, ou um largo arco de praias como o *Jammerbogt*, acabando na ponta setentrional do cabo *Skagen*. Muito diferente é o *litoral oriental* e a zona dos estreitos que separam a Jutlândia das numerosas ilhas. Da península sueco-norueguesa se acham as terras dinamarquesas separadas pelos famosos *Skager Rak*, *Categat* e *Sund*; no mar interior, destacam-se o *Grand-Belt*, o *Pequeno-Belt* e o *Oeresund*. A costa da Jutlândia apresenta numerosos *foerden*, tipos de fjords, porém de origens diferentes; são antigos lagos alongados invadidos pelas águas marinhas. O mais importante no norte é o *Zimfjord* que mede mais de 150 km, separando da parte continental da península as terras de *Thy*, de *Han* e de *Vendsyssel* que eram primitivamente três ilhas distintas. As águas do *Limfjord* se estendem do mar do Norte até o Báltico. O *Mariager* é outro foerd importante, assim como o *Randers*, o *Horsens* e o *Veile*, estando os três últimos ao sul da *península do Dyrslund*.

O *arquipélago dinamarquês* é a parte mais povoada do país, embora só constitua uma terça parte do Reino. São numerosas as suas ilhas; as maiores são *Sjaelland* (Seeland), *Fiônia*, *Lolland*, *Falster* e, a mais afastada no Báltico, *Bornholm*.

Quanto ao *relêvo*, é caracterizado pelas suas formas onduladas de pouca elevação, o ponto mais alto do Reino mede apenas 172 metros. As planícies



própriamente ditas são raras e, na vizinhança das costas, são freqüentes; do lado oriental, falésias abruptas ou linhas de dunas são cortadas pelos numerosos foerden

O *clima* da Dinamarca é do tipo oceânico, mais temperado à oeste e mais rigoroso à leste, embora a costa oriental apresente-se mais protegida dos ventos. A temperatura média do mês de julho é de 16 graus centígrados, mas em janeiro cai a zero graus. A congelação dos estreitos se produz muito raramente; no entanto, em 1658 a Dinamarca foi invadida pelos suecos, atravessando o Sund congelado

2 — População

Sob o ponto de vista étnico, a população da Dinamarca é muito homogênea; pertence ao grupo godo-germânico desde os tempos pré-históricos. Sua língua é una, embora com sotaque diferente nas ilhas e, com alguns dialetos.

A densidade de população é extremamente variável devido às desigualdades do solo nas diferentes regiões; a média de habitantes por quilômetro quadrado é de 62 pessoas na Jutlândia, mas de 166 nas ilhas.

Sob o ponto de vista administrativo, é dado o nome de cidade a localidades de mais de 5 mil almas. A única cidade grande é *Copenhagen* que, juntamente com as municipalidades suburbanas adjacentes contava 1 377 000 habitantes. Em seguida, com mais de 100 000 habitantes, colocavam-se *Aarhus* e *Odense* na ilha de Fiônia; *Aalborg*, *Esbjerg*, *Randers* e *Horsens* são cidades jutlandesas. Segundo o recenseamento de 1965, a monarquia contava com 4 767 000 habitantes, resultado que a colocava no segundo lugar, depois da Suécia, na Escandinávia.

No princípio deste século, a população urbana do país representava mais ou menos 25% da população total; hoje em dia ela constitui-se em cerca de 65%. Atribui-se êste fato ao desenvolvimento que tomaram no país a indús-

tria e comércio, bem como a divisão do trabalho ter aumentado em muito no uso das máquinas agrícolas, reduzindo o uso da mão-de-obra necessária à lavoura

O crescimento da população dinamarquesa calculado, em média, em 50.000 almas por ano, é favorecido pela diminuição da mortalidade, cujo nível baixo é devido ao rigor da política de saúde pública seguida pelo Estado. A vida média tem crescido bastante nestas últimas décadas; é atualmente de 66 anos para os homens e de 68 para as mulheres.

A Dinamarca é país de *escola única*, a obrigatoriedade de sua freqüência dos 7 aos 14 anos foi estabelecida em 1814. São três as *universidades* do Reino; a de Copenhagen data de 1479, a de Aarhus foi fundada em 1928 e a de Odense em 1964. Existem escolas técnicas em várias cidades; em Aalborg funciona uma Academia de Engenharia, além da *Real Escola Politécnica* da capital que data de 1829.

3 — Evolução Histórica

As origens da monarquia dinamarquesa se prendem às atividades dos *vikings* ou normandos, que invadiram a Europa Ocidental no tempo de Carlos Magno, chegando mesmo a incluir a Inglaterra sob o reinado do rei Canuto (1016-1035). No século XII estendeu-se para o leste, à custa das comunidades wendes da *Dinamartia Waldemariana* que estabeleceu sua capital em Copenhagen

No reinado de Waldemar II, o Conquistador, o Báltico tornou-se um "lago dinamarquês" de um Império Nórdico. Após um período de lutas dinásticas, a nobreza e o clero conseguiram impor ao rei Érico V a *Magna Carta* da Dinamarca de 1282, que criava o *Danehof* ou Assembléia Legislativa. Nem por isso deixaram de existir as brigas da realeza com as classes privilegiadas. Com Waldemar Atterdag (IV), as terras perdidas nos conflitos com a Suécia — a Scânia e o Gothland foram reconquistadas, mas começaram então as lutas

contra a *Hansa*. Em duas guerras navais sucessivas a Suécia, a Noruega, o Holstein e o Mecklenburgo, aliados às cidades Hanseáticas, impuzeram a Waldemar o *Tratado de Stralsund* (1370) que marcou a predominância hanseática no Báltico.

Depois de dez anos de regência, sob a menoridade de seu filho *Olavo*, foi feita rainha *Margarida*, filha de Waldemar IV. O governo de Margarida foi na fase histórica da *União de Kalmar*, que realizou a fusão da Dinamarca e Noruega, da qual também fez parte a Suécia. Quando o último representante da Casa de Waldemar, *Cristóvão*, veio a falecer (1448), sua viúva casou-se com *Cristiano de Oldenburgo*; iniciava-se assim a nova dinastia dinamarquesa. No tempo de *Cristiano II*, a Suécia conseguia finalmente libertar-se, erigindo-se em monarquia sob a liderança de Gustavo de Vasa (1523).

“O início do século XVI marca o fim da Idade Média dinamarquesa. O rei governava o reino, mas seu poder era limitado pela nobreza que tinha se tornado uma casta fechada e que, dispondo de grandes bens imobiliários, por suas isenções censitárias e seus privilégios de nomeação aos mais altos cargos militares e civis, dispunha no país do poder efetivo. O clero também gozava de considerável poder; a Igreja possuía um terço das terras dinamarquesas” (Le Danemark —Dep. des Statistiques —1950)

Cristiano II foi um “príncipe do Renascimento” que desejou fazer do seu país a maior potência da Europa Nórdica; tentou reconquistar a Suécia, mas tais foram as violências perpetradas que a nobreza afastou-o chamando seu tio, *Frederico I*, para substituí-lo. Seu sucessor, *Cristiano III*, luterano convicto, introduziu a Reforma, confiscando os bens da Igreja. Um grande impulso foi dado à lavoura, cujos produtos de exportação se beneficiaram com o ouro que estava então chegando da América. As ciências e artes também prosperaram naquela época. Superestimando o poderio dinamarquês, o rei *Cristiano IV* julgou oportuno intervir na *Guerra dos Trinta Anos* na

qual foi vencido, vendo sua monarquia invadida pelos imperiais alemães. Nem mesmo assim cessaram as guerras crônicas com a Suécia, cujas forças armadas passaram o Sund congelado (1658). A resistência dinamarquesa contou com o auxílio dos holandeses, adversários do predomínio sueco no norte europeu.

Enfraquecida a nobreza pela fase de lutas, passou a predominar a classe burguesa e, com seu apoio o rei *Frederico III*, conseguiu estabelecer novo regime no país; o absolutismo real, estabelecido pelo *Kongeloven* ou Estatuto Real de 1665, elaborado por Griftenfeld.

Iniciava-se assim a fase do absolutismo que devia durar até 1848. O principal acontecimento do século XVIII, no reinado de *Frederico IV*, foi a denominada *Guerra do Norte*, na qual a Dinamarca uniu-se à Polônia de Augusto de Saxe e à Rússia de Pedro o Grande, contra a Suécia do famoso Carlos XII vencedor de Narva (1700), mas vencido em Poltava (1709). Foi assim restabelecido o equilíbrio entre as monarquias escandinavas.

Durante mais de quarenta anos (1766-1808) reinou *Cristiano VII*, cuja deficiência mental ocasionou a passagem pelo governo de ministros que ilustraram o chamado “despotismo esclarecido” da época. O alemão *Struensee* tratou de livrar a monarquia das exigências da nobreza, reorganizou a administração, aboliu a tortura e deu liberdade à imprensa. No entanto, escândalos na Corte, comprometendo a Rainha, ocasionaram uma revolução no Palácio, a queda do Ministro e sua execução. Outro estadista “esclarecido” foi o Conde *Bernstorff* que reorganizou o regime de exploração rural, abolindo praticamente a servidão. O sucessor de Cristiano IV foi um filho de Frederico VI que encontrou o país sob influência das idéias da Revolução Francesa e, durante as guerras napoleônicas, ficou envolvido na aliança francesa, o que lhe tinha valido a hostilidade britânica e o bombardeio de Copenhague (1807). Na *paz de Viena*, a Dinamarca, fiel a Napoleão, perdia a Noruega para a

Suécia e a Pomerânia para a Prússia (1815).

As guerras tinham arruinado a Dinamarca e liquidado a sua marinha; uma crise agrícola agravava a situação e o elemento alemão penetrava na união dinamarquesa. Reformas no ensino, entretanto, contribuíram decisivamente para o despertar cultural da classe rural, o que permitiu a instituição de Estudos Provinciais em 1834. Abrandava-se assim aos poucos o absolutismo e as agitações provocadas pelas questões constitucionais do Schleswig-Holstein levaram o rei Frederico VII a determinar as eleições populares que resultaram na formação de um governo liberal-nacional (1848).

A *questão do Schleswig-Holstein* foi uma das negociações diplomáticas que assumiu, no século passado, o aspecto mais complexo, criador das maiores divergências. Dela acabou tirando partido a Prússia que, com a cumplicidade austriaca, levou a guerra até os últimos redutos dinamarqueses e, pelo *Tratado de Praga*, em 1866, privou a Dinamarca dos dois ducados

Uma nova Constituição foi elaborada em 1863, quando se iniciavam os 43 anos de reinado de *Cristiano IX de Glücksburgo*; foi uma era de paz, sob o governo de *ministérios conservadores*. Com o século XX voltaram ao poder os *Liberals do Partido Reformista da Esquerda*. Era a vitória do regime parlamentar, com maiorias radicais e social democratas alternativamente nas duas Câmaras —o *Landsting* e o *Folkting*.

Ao rei *Cristiano X* (1912-1947) coube assistir às duas guerras mundiais. Na primeira, a Dinamarca conseguiu manter a sua neutralidade e, no *Tratado de Versalhes*, recuperar a parte dinamarquesa do Schleswig, mediante *referendum* popular. Durante o segundo conflito, a Dinamarca não pôde evitar a ocupação alemã que custou elevadas somas ao seu governo, mas as perdas foram atenuadas pelo *Plano Marshall*. Novos problemas econômicos agitam a opinião do país, nestes últimos anos, diante das transformações profundas que o mundo está vivendo.

4 — Condições Econômicas

A Dinamarca não ficou alheia a estas transformações e, nas duas últimas décadas, adaptou-se ao ponto de mudar a sua estrutura econômica. No início do século XX era um país essencialmente *agropecuário*. A criação de gado bovino e suíno era, como ainda é, a ocupação principal de uma terra de campônios, pequenos proprietários agrupados em *cooperativas*. Exportava manteiga, ovos, carnes. A lavoura produzia cereais, aveia para o gado, batatas e forragens; eram mantidas *pequenas indústrias* alimentares, mecânicas e químicas. Os seus mares eram ricos em *peixes*, a sua *frota mercante* era das melhores do continente. Acontecia, entretanto, que, não possuindo minas, faltava-lhe combustíveis e ferro que tinha que importar.

Em conseqüência, as importações eram condições vitais a serem pagas por substanciais exportações, cujo valor, aliás, sempre foi reconhecido pelas qualidades de seus produtos e por sua organização. As especialidades dinamarquesas, do século passado, em trigo e carnes vendidas em tôda a Europa, sofreram a concorrência da Argentina, da Rússia e dos Estados Unidos. Uma mudança tinha que ser efetuada.

“De 1870 a 1950, diz Nils Foss, a indústria e agricultura dinamarquesas se desenvolveram com uma série de características idênticas. Durante todo este período encontra-se, de um lado como do outro, pequenas emprêsas muito individualizadas que insistiam essencialmente na qualidade, na seleção e na especialização. Se nossa agricultura seguiu esta orientação, sob a influência do movimento cooperativo, nossa indústria deve não só a suas tradições e as suas origens artesanais mas também a nossa pobreza em matérias-primas. A partir de 1950 nossas estruturas econômicas começaram a se metamorfosear radicalmente e a nossa indústria conseguiu um lugar de crescente importância no conjunto de nossas exportações e se foi diversificando conside-

ravelmente. Hoje em dia ocupa um panorama que vai dos motores diesel e dos estaleiros de construção naval até os adubos, os produtos farmacêuticos, passando pela cerâmica, vidraria, serviços e construções pré-fabricadas.”

Para a construção de tais trabalhos, a Dinamarca dispõe de uma mão-de-obra excepcionalmente dotada de aptidões profissionais, de engenheiros e de “knows-hows” formados na Politécnica de Christian Oersted, fundada em 1929 e que obedece à pressão da *evolução tecnológica* em marcha “A chave do êxito”, pensa o citado autor dinamarquês, Nils Foss, é a *adaptação*; aos chefes de indústria cabe manterem-se a par da evolução dos conhecimentos deste decênio (Nils Foss —Le Monde Diplomatique-novembro de 1970).

Em conseqüência, explica-se que nesta nova fase da evolução econômica, como foi dito, cerca de 65% da população do país seja urbana. As *leis agrárias* de 1899 e de 1919 criaram as pequenas explorações; em virtude da primeira, o Estado subvenciona ou concede empréstimos ao proprietário de terreno e de casa; em virtude da segunda, o Estado fica dono da terra e o proprietário da casa paga uma taxa anual pelo seu uso. Ambas as modalidades são praticadas.

Quanto à origem dos principais produtos dinamarqueses, cabe o primeiro lugar a Copenhague, centro de construções navais e várias indústrias, engenhos, famosas porcelanas, motores, etc. De Odense sai o açúcar de beterraba, de Aalborg o cimento, a cerveja e os adubos; Randers fabrica luvas e constrói vagões para ferrovias; Aarhus se especializa em roupas e máquinas.

O comércio tem crescido regularmente depois da Segunda Guerra Mundial e ocupação alemã. As importações são sempre sensivelmente superiores às exportações. Comparando 1954 a 1967 eis o valor do *comércio* em mil kromers:

	1954	1967
Importação	8 137 304	21 866 749
Exportação	8 665 936	17 263 945

Por sua vez, o valor da *produção agrícola*, comparado ao valor da *produção industrial*, apresenta menos de um terço deste último (9 bilhões para 31 bilhões).

Quanto aos países que efetuam o maior *intercâmbio* com a Dinamarca são: em primeiro lugar a *Inglaterra* (o pequeno almôço diário do inglês é quase todo proveniente da Dinamarca: ovos, presunto, manteiga, peixe), em segundo lugar a *Suécia*, em terceiro a *Alemanha*; seguem-se a *Noruega* e *Estados Unidos*.

A Dinamarca também dispõe dos recursos de suas possessões afastadas: as *ilhas Feroe*, cujos habitantes (3.700) possuem um parlamento e exportam bacalhau, e a *Groenlândia**, com 36.000 almas que gozam de autonomia. Quanto à *Islândia*** é Estado Soberano desde 1944.

5 — O Problema Europeu

A história da Dinamarca revela os múltiplos contactos que esta monarquia sempre teve com a *Europa nórdica, oriental e central*; esta ligação a envolveu constantemente em todos os episódios históricos e, atualmente, chega a impor-lhe o grande problema econômico: *a sua participação no Mercado Livre Europeu*.

As autoridades governamentais de Copenhague encaram muito favoravelmente esta integração do país na comunidade econômica do continente; não deixam, porém, de existir opiniões divergentes, ou pelo menos argumentos a discutir. O país acaba de dar, de 1950 para cá, um grande passo na industrialização, ao ponto de ter, durante o decênio de 1960, passado a sua exportação de produtos industriais de 4 bilhões de kromers para 14 bilhões, representando mais de 2/3 das exportações totais.

Pelo Convênio de 3 de maio de 1960 foi criada a *Associação Européia de Livre Comércio* (AELC em francês e

* Vide *Atlas de Relações Internacionais* n.º 8

** Vide *Atlas de Relações Internacionais* n.º 15

EFTA em inglês). Nela entraram, além da Dinamarca, a Inglaterra, a Suécia, a Noruega, a Suíça, a Áustria e Portugal. Sua sede é em Genebra e seus planos foram executados, por vezes, com antecipação no que diz respeito ao desarmamento tarifário. Foram consideráveis as vantagens que daí resultaram para a Dinamarca, estimulando sua produção industrial e alterando, assim, a sua estrutura econômica

Uma das condições que parecem se impor para a Dinamarca se integrar ao *Mercado Comum Europeu* é a entrada da Inglaterra nesta união, peça mestra da AELC. A desistência britânica acarretaria a renúncia dos Estados Nórdicos a esta desejável integração. De fato, certos rumos políticos teriam que ser adotados para o desenvolvimento de todas as comunidades sobre o mesmo plano. Em setembro de 1970 foram iniciadas as conversações bilaterais dos dinamarqueses com o conselho da CEE que se mostrou favorável à entrada da Dinamarca no Pacto de Roma de 1957.

São claros os interesses de Copenhague em semelhante reestruturação do comércio europeu. No artigo de Nyboe Andersen, ministro da Economia, onde discute a questão da fusão, lembra eloqüentes estatísticas da hora presente: "Em 1959 os Países do Mercado Comum (CEE) absorviam a terça parte das exportações dinamarquesas, mas em 1969 só a quarta parte destas. Inversamente, as exportações dos países da AELC para a Dinamarca passaram de 40% em 1959 para cerca de 50% em 1969".

Não resta dúvida que a nova estrutura industrial do país, embora de *indústrias leves*, como diz Nils Foss, sofreu um "deficit" crônico na balança de pagamentos.

Eric Hoffmeyer, diretor do Banco Nacional da Dinamarca, declara: "A entrada da Dinamarca no CEE abrirá à nossa indústria um mercado livre de todas as barreiras aduaneiras, duas vezes mais importante do que o da AELC,

um mercado que, por enquanto, só absorve metade do volume de mercadorias que vendemos aos países signatários da Convenção de Estocolmo".

A realização deste plano não pode ser, entretanto, executado rapidamente. As *questões agrícolas* precisam ser minuciosamente discutidas com a comunidade européia. Em resumo, o alargamento da vida econômica da Europa, objetivo visado por quase todas as potências não socialistas, supõe uma fase de preparação; por isso sugere Hill-Madsen *um período de transição* no processo da integração européia

O estudo da evolução econômica que está atualmente se processando na Dinamarca, não deixa de apresentar *algumas analogias* com o que, no mesmo sentido, está se dando num país duzentas vezes maior e vinte vezes mais povoado — o *Brasil*.

De 1950 para cá, as nossas estruturas econômicas passaram a evoluir na mesma direção por motivos idênticos. Estamos procurando conquistar mercados exteriores, ampliando nossa produção agrícola e pecuária para multiplicar as nossas divisas e, assim, adquirimos mais facilmente o que necessitamos para aparelhar a nossa já dinâmica produção industrial em plena expansão, dotada de todas as inovações com as mais adiantadas técnicas.

Assim, como a Dinamarca se acha comercialmente ainda muito atada à Inglaterra, sente também o Brasil que os Estados Unidos ainda nos consideram como parceiros menores

As vantagens que temos sobre a Dinamarca é a de já figurar atualmente como peça mestra numa comunidade continental, a ALALC; mas a desvantagem que também é nossa é a relativa pobreza do grupo econômico hispano-americano comparado à CEE da Europa Ocidental que espera a Dinamarca.

Dezembro de 1970

Taiwan e as ilhas de Ryu-kyu

Delgado de Carvalho

1 — Aspecto Físico

Uma ilha da vertente ocidental, que os portugueses chamaram *Formosa*, é hoje uma república chinesa, dotada do direito de voto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta ilha, cujo nome oficial é *Taiwan*, é cortada pelo Trópico de Câncer; os seus 36 000 km², isto é, quase a superfície do nosso Estado do Espírito Santo, apresentam uma forma perfeita de uma fôlha do cafeeiro, à qual nem o caule falta, representado que é pelo cabo do extremo sul, o Oluan-Pi.

O relêvo de Taiwan faz parte da cordilheira submarina à qual pertencem as guirlandas de ilhas que, em hemicírculos insulares, entre as Filipinas e o Alaska, fecham os mares interiores da China, do Japão, de Okhotsk e de Bering e, sob os nomes de *Mindanau*, *Luzón*, *Taiwan*, *Ryu-Kyu*, *Hondo*, *Kurilas*, *Aleutas*, orlam a plataforma continental da Ásia Oriental. A cordilheira que percorre estas ilhas, que são apenas suas alturas emersas, apresenta vertentes do mais forte declive do lado leste, isto é, sôbre o Pacífico. É o inverso do que se dá no lado oposto, no continente americano, nos Andes principalmente. A crista vulcânica de Taiwan é formada por três serras paralelas dos montes *Chung-Yang*, culminante a 3.950 metros no *Niitaka*

A parte ocidental da ilha é uma planície ondulada de aluviões; a sua largura varia de 10 a 30 quilômetros. É percorrida por numerosos rios de re-

gime torrencial; o mais importante é o *Shimu-Tansui* que nasce no maciço do *Niitaka*.

O clima de Taiwan é semitropical, de prolongado verão, curto inverno; são raras as geadas. A estação sêca do norte não coincide com a estação sêca do sul. A ilha é anualmente percorrida por tufões que causam grandes estragos; originam-se na região de Luzon com direção à costa chinesa. Taiwan é também sujeita, como as ilhas *Ryu-Kyu*, a abalos sísmicos muito frequentes.

A umas quarenta milhas da costa ocidental da ilha localiza-se o pequeno arquipélago rochoso do *Hoko* que os portugueses denominaram de *Pescadores*. Os ventos lá impedem a vegetação arbustiva, mas servem as ilhas de pontos de abrigo para os pescadores chineses. É dependência natural de *Formosa*.

2 — As Populações

Assim como as serras marcam a separação entre o leste e oeste, tanto para o relêvo como para a vegetação — pois na vertente pacífica predominam as ricas matas — também etnicamente subsistem nesta vertente os habitantes primitivos da etnia malaia, de dialetos diferentes. Acham-se ainda no estado semiselvagem e vivem de arroz, milho, legumes e caça. O seu ódio pelos chineses é de tal modo que uma cabeça de chinês é o presente de noivado, entre eles, quase que obrigatório.

Em véspera da Segunda Guerra Mundial, quando Taiwan pertencia ao Japão, a população era formada por 5.500 mil almas assim distribuídas:

Nativos (chineses)	5.103 mil
Japoneses	282 mil
Chineses	60 mil
Aborígenes	152 mil

A população atual era, em 1968, de cerca de 13.466 mil habitantes, sendo de mais de 1 milhão a da capital *Taipé*.

As cidades com mais de 30 mil almas são *Kaosiung*, *Tainan* no sul, *Taichu* no centro e *Keelung* no extremo norte

Um dos problemas de Taiwan é o rápido crescimento de sua população, calculada em 3,5% ao ano. Cerca de 40% é constituída por elemento moço. A entrada de dois milhões de chineses com *Chang-Kai-Chek*, tornou mais complexo o problema pelo fato de representar um fator novo, tradicional e conservador, que os *chineses nativos* estranham devido ao meio século de administração japonesa, cuja influência marcou profundamente os taiwanianos.

3 — Economia

As tradicionais leis sobre *herança* determinaram um certo *esfacelamento da propriedade territorial* e a redução do tamanho das habitações rurais. Entretanto tornava-se necessário a conquista de mais terras aráveis. De 1953 em diante tem sido executado um programa de intensificação das culturas por hectare, recorrendo à escolha de melhores sementes, à canalização de mais água durante a estação seca, à expansão da irrigação e ao emprêgo de fertilizantes, e à introdução de culturas mais variadas. O uso de máquinas em lavouras restritas é difícil, entretanto a junta de bois já vem sendo substituída por tratores elétricos.

Embora os solos de Taiwan não sejam de grande fertilidade, as planícies e planaltos ocidentais de lateritos vermelhos e amarelos, permitem duas ou três colheitas anuais quando se emprega fertilizantes. O domínio japonês foi, sob o ponto de vista do trabalho rural, de muito proveito

O *arroz* é produto mais importante da agricultura da ilha; ocupa cerca da metade de suas lavouras, chegando a alcançar dois milhões de toneladas. A segunda produção na escala de valores é a *cana-de-açúcar*, seguida da *batata-doce*, cultivada especialmente para a alimentação do *gado*. Os principais centros da produção de arroz, cana-de-açúcar, bananas, fumo e juta, bem

como outros produtos subtropicais, estão na costa ocidental entre *Kosiung* e *Taichu*

A riqueza mineral de Taiwan é considerável, principalmente no que diz respeito ao *carvão*, e até certo ponto ao *petróleo*, nas regiões de anticlinais da zona intermediária, a oeste das serras. Existem jazidas de *cobre*, *ouro*, *prata*, *enxôfre*, enquanto o sal abundante resulta da forte insolação, sendo largamente exportado para o Japão.

Desde a sua separação da China Taiwan entrou numa fase de *industrialização*. No período japonês foram estabelecidos *monopólios estatais* sobre a cânfora, sal, tabaco, ópio, sakê e outras bebidas. O ópio é controlado pelo governo e sua estrita limitação sempre severa, visa, sobretudo, acabar progressivamente com o vício

Outras indústrias têm sido sucessivamente acrescentadas, como cimento, refinação de petróleo, fertilizantes, produtos químicos, máquinas e material elétrico.

Taiwan é favorecida por uma rede ferroviária (5 000 km) e rodoviária (17.000 km) que liga todos os distritos da vertente ocidental. Seus portos principais são Takao e Keelung, este último contando também com aeroporto internacional

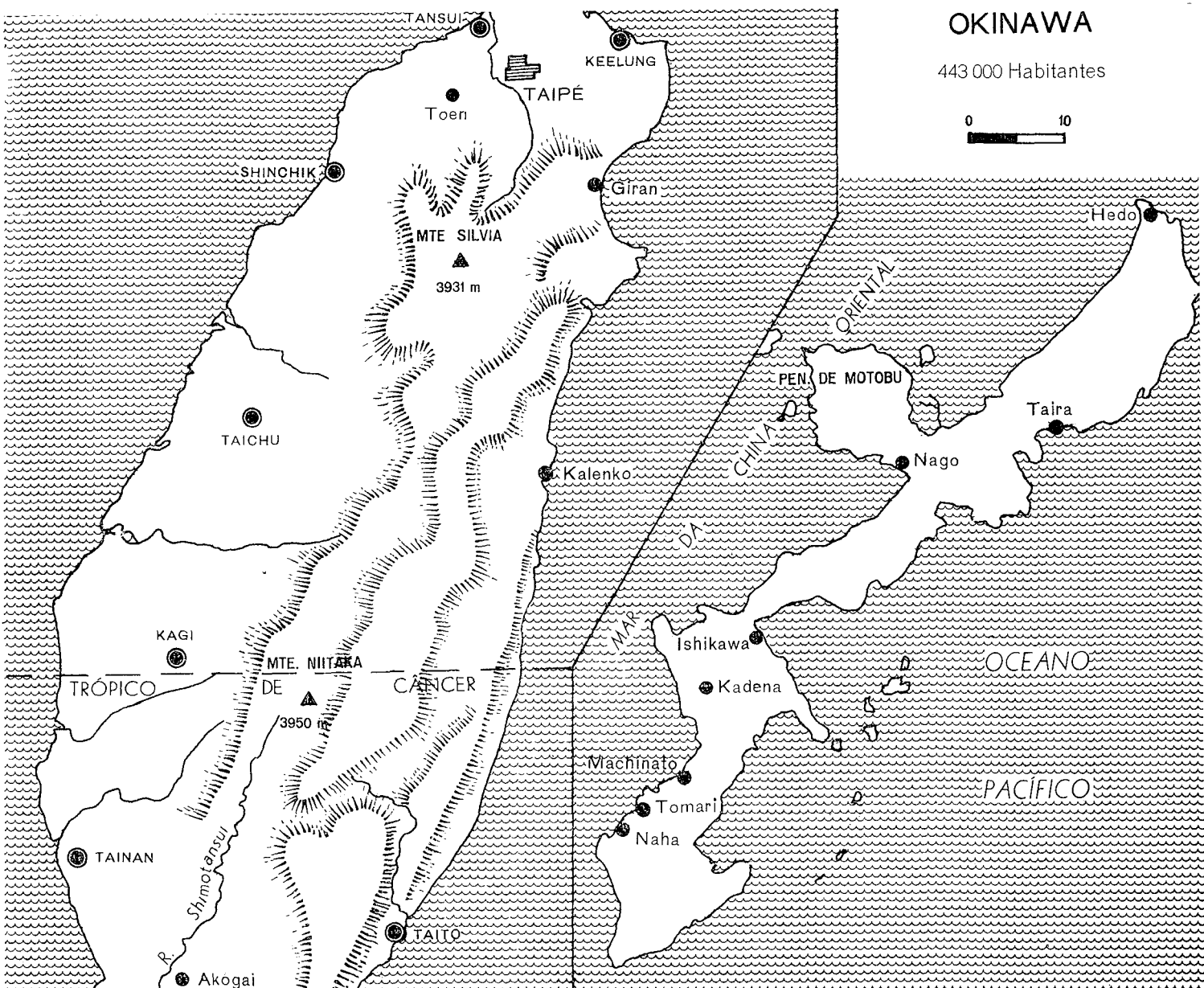
“Nos últimos cinco anos, diz Martin Weinstein, em Taiwan, Tailândia e Cingapura, onde o trabalho é abundante e barato, as indústrias se tornaram concorrentes das do Japão na fabricação de sapatos, de produtos de borracha, de baterias e mesmo de transistores de rádio. A diminuição da mão-de-obra tornou mais barato para os japoneses importar estas mercadorias do que fabricá-las no país.” (M. Weinstein — Japan in the risen sun — Headline Series — 202 — 1970).

4 — Evolução Histórica

Foi no século VII da Era Cristã que os chineses descobriram a ilha Formosa; a sua colonização, no entanto, só foi iniciada por eles no século XV. Vá-

OKINAWA

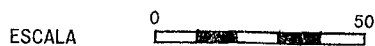
443 000 Habitantes



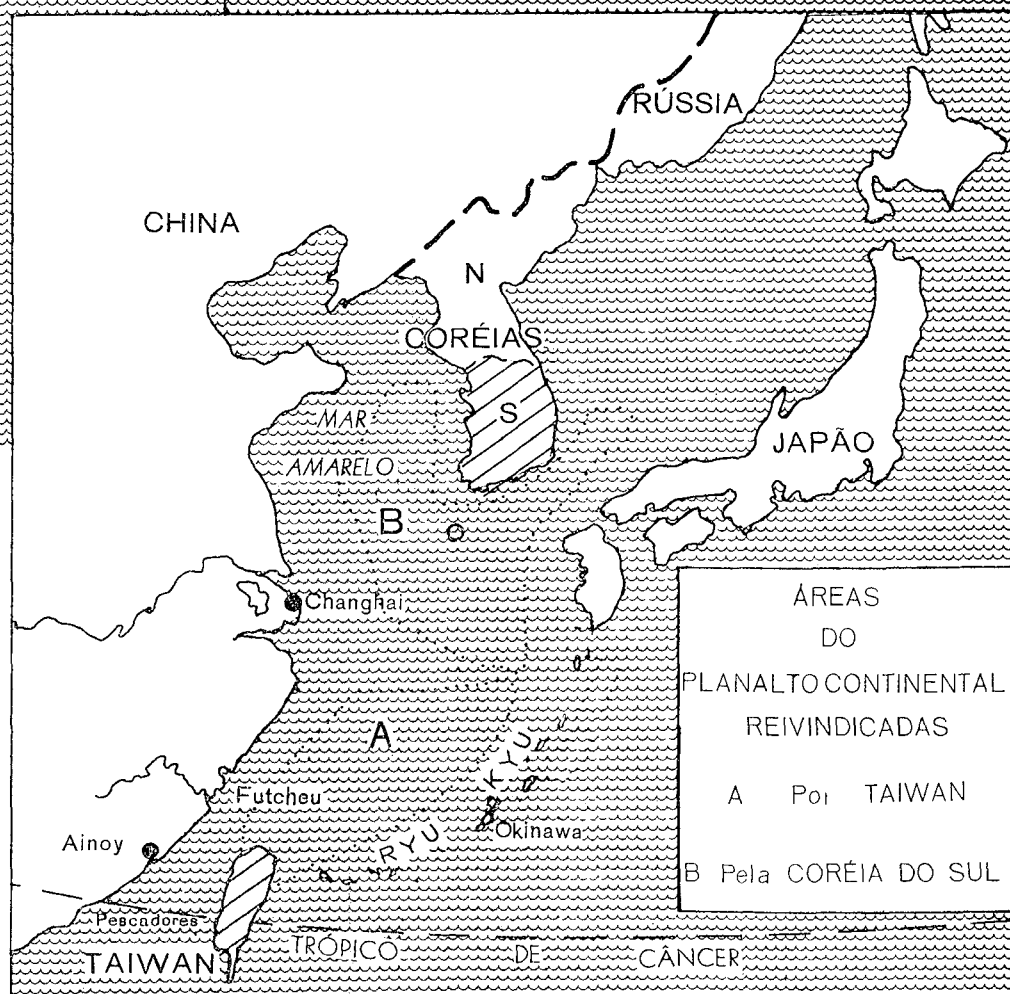
TAIWAN

Sup. 36 000 k²

Pop. 13 466 000 Hab.



Org por Delgado de Carvalho — 1970



rios foram os visitantes que a procuraram: os portugueses lhe deram o seu nome apreciativo. Não parecem ter sido bem sucedidos os europeus colonialistas que tentaram nela se fixar, no século XVII. O filho de um pirata chinês e de uma japonesa, Koxinga, conseguiu expulsar os europeus e fundar uma dinastia. Mas não foi longo o regime, pois no fim do século, os mandchus, invasores da China, também ocuparam Formosa. A dominação chinesa durou mais de um século, sempre contestada pelos japoneses que lá intervieram em 1874, em expedição punitiva pelo massacre de pescadores das ilhas Ryu-Kyu; os chineses tiveram que indenizar os japoneses.

Por ocasião da guerra sino-japonesa (1894-95) a propósito da Coréia, o Japão vitorioso obteve da China o *Tratado de Shimonosaki* que lhe entregou a ilha Formosa. Durante meio século foi a ilha uma colônia japonesa. O domínio do Tóquio foi severo e rude, mas procurou despertar a capacidade de trabalho dos nativos, mantendo ordem e disciplina. Importantes progressos foram se realizando, já que a administração japonesa cuidou da educação, da saúde pública e também do desenvolvimento econômico.

Com a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos reconquistaram toda a Ásia Oriental que o Japão pretendia envolver na sua política de "co-prosperidade" e a ilha de Taiwan foi restituída a China. Por sua vez, o governo chinês, não conseguindo se manter na própria China, emigrou para ilha onde se constituiu em governo da *República Nacional da China* (Chung-Hua-Min-Kuo) sob a presidência nacionalista de Chang-Kai-Chek.

As forças comunistas de Mao-Tsê-Tung, isto é a *República Popular da China* (governo de Pekim) tencionava ocupar também Taiwan quando, em 1950, o Presidente Truman, dos Estados Unidos, resolveu enviar sua marinha para proteger a China Nacionalista. Não deixou entretanto, a China Popular de bombardear as ilhas do litoral chinês, — Quemoi e Matsu — que pertencem à China taiwaniana. Por sua

vez, o governo de Taipé não desiste de recuperar a China Continental, da qual teve que se retirar diante da invasão comunista; por vèzes, manda aviões de reconhecimento sobrevoar a China de Mao-Tsê-Tung. Os Estados Unidos mantêm as suas forças de proteção na República Nacionalista, mas não apoiam os planos de reconquista.

A questão de Taiwan, com o decorrer dos tempos, tem tomado nôvo aspecto internacional: a situação da China Nacionalista nas Nações Unidas despertou, em alguns meios, a idéia de ser ela substituída pela China Popular no Conselho de Segurança. A admissão do representante de Pekim é vetada pelo governo de Taipé. Por outro lado, Pekim se opõe a permanência de representantes nacionalistas nas próprias Nações Unidas. Na realidade, existem duas personalidades criadoras da situação, que estão em conflito: Chang-Kai-Chek e Mao-Tsê-Tung. O primeiro tem 77 anos e o segundo 82 anos.

5 — Os Arquipélagos

A questão de representação das duas Chinas nas Nações Unidas não é o único problema internacional da Ásia Oriental; existe ainda uma questão em pendência nas *ilhas Ryu-Kyu*, das quais *Okinawa* é a mais célebre e mais importante.

O arquipélago é constituído por três principais grupos das 83 ilhas, das quais 48 são habitadas por cerca de um milhão de pessoas. O grupo vizinho das ilhas meridionais do Japão foi restituído ao governo de Tóquio em 1953. O segundo grupo compreende as ilhas de Okinawa, de Amami e outras menores. O terceiro grupo forma o pequeno arquipélago de Yaeyama. Êstes dois últimos grupos são qualificados como de "soberania residual" do Japão e lhes serão restituídos quando terminar a tensão política que ainda existe no Extremo Oriente.

O lado econômico do problema é baseado nas reivindicações que Taiwan e a Coréia do Sul apresentam do direito que lhes cabem no planalto continental

para a exploração do petróleo. O limite entre as duas áreas submarinas é o paralelo de 29 graus e 30 minutos norte. Na ilha de *Sankaku*, Taiwan já concedeu direitos à *Gulf Oil Company*.

O Japão, ao qual reverterão as ilhas Ryu-Kyu em 1972, não se pronunciou, mas os geólogos japoneses e americanos declararam que a plataforma continental de Sankaku constitui-se numa das "maiores jazidas de petróleo do mundo"

Atualmente, a importância destes pequenos arquipélagos está mais marcada pelo seu *valor estratégico* do que pelas suas possibilidades econômicas. As Ryu-Kyu foram visitadas, no princípio do século passado, por frotas inglesas e americanas; uma monarquia indígena chegou mesmo a assinar um tratado com os Estados Unidos. A restauração imperial no Japão levou o mikado à ocupação definitiva das ilhas, que os senhores feudais de Satsuma haviam invadido no século XVII.

Com as operações da Segunda Guerra Mundial, o ataque americano contra o Japão tomou acertadamente como base militar a ilha de Okinawa, onde se feriu a grande batalha de 1945. Sendo considerável o valor estratégico do arquipélago que enfrenta o litoral chinês e se encontra entre Taiwan e o sul do Japão, os Estados Unidos lá resolveram fazer colossais instalações de defesa e ataque, com aeroportos, dispositivos eletrônicos, campos de manobras para rápidos movimentos, gastando mais de cem bilhões de dólares na manutenção desta posição, por eles ocupadas nestes últimos vinte e cinco anos.

Nestas condições, parece necessário que as questões econômicas, sociais e políticas da região sejam amigavelmente resolvidas antes de 1972, data em que voltará o Japão a ser o possuidor definitivo desta importante parte da guirlanda insular que vai das Filipinas ao Alaska.

Dezembro de 1970

A República da Guatemala

Therezinha de Castro
Geógrafa do IBG

1 — Síntese Histórica

A região ocupada hoje pela República da Guatemala foi conquistada pelo espanhol Pedro de Alvarado (1523-24) onde, em 1544, era criada a *Capitania Geral da Guatemala*.

O destino político do istmo que forma a América Central ficou, por ocasião da independência, ligado ao do México. Ao proclamar sua independência (1821), o México conseguiu incorporar as terras da América Central. Com a instabilidade política que caracterizaria os primeiros anos da vida independente dos mexicanos, a união com o istmo duraria pouco, pois em 1824 constituía-se aí a *República Federal da Centro América*, na qual estava a Guatemala integrada.

Aos poucos, porém, as guerras civis iriam subdividindo a nova república; a Guatemala dela se separava em 1830. Em 1844 o istmo estava politicamente dividido em 5 repúblicas: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Em 1902, a essas se juntava o Panamá, separado da Colômbia; enquanto os ingleses se mantinham na Honduras Britânica.

Após a morte de Rafael Carrera, primeiro governante guatemalteco, que conseguiu levar seu regime ditatorial até 1865, o país passou a ser dirigido por vários militares, alguns dos quais liberais reformistas.

Ao se iniciar o século XX, o país recebia o cognome de “república das bananas”, já que o ditador Estrada Ca-

brera assinava com a “United Fruit Company” o contrato inicial para a exportação do produto. A partir daí, o país passava aos poucos para a *zona de influência econômica dos Estados Unidos*.

Conseguindo, inicialmente, em 1904, pelo prazo de 99 anos, a isenção de impostos para a companhia, a “United Fruit” monopolizava Puerto Barrios. Além de controlar o transporte marítimo das importações e exportações guatemaltecas, transformava-se na detentora do equipamento portuário do país, tanto no Pacífico quanto no mar das Antilhas. Ainda no setor das telecomunicações, passava a controlar as ferrovias existentes na nação por meio da IRCA (International Railways of Central America), bem como os contactos com o exterior através da TRT (Tropical Radio Telegraph)

Em 1951, quando Jacobo Arbens procurava romper essa ascendência da “United Fruit”, cerca de 230 000 hectares de terras já eram propriedade da Companhia que, em 13% da área plantava preferencialmente a banana. Pretendendo implantar a reforma agrária, teve Arbenz a oposição dos latifundiários, perfazendo 2,2% da população com 70% das terras aráveis em seu poder.

Deposto Arbenz foi substituído pelo General José Maria Orellana (1952), que restabeleceu o sistema anterior vigente. Os sucessivos militares que em seguida ocuparam o poder, entre os quais o General Miguel Ydigoras Fuentes (1958), tiveram que enfrentar numerosas greves, terrorismos e sabotagens por parte de rebeldes orientados pelos comunistas. Por sua vez, o governo guatemalteco enfrentaria atritos com Cuba, quando esta descobriu que guerrilhas contra o regime de Fidel Castro haviam sido treinadas na Guatemala.

Enrique Peralta Azurdia governaria o país mediante proibição de todas as atividades políticas que só se reiniciariam em 1966, com a eleição do civil Julio Cesar Mendez Montenegro, do Partido Revolucionário, orientado pela esquerda moderada.

O novo governo, de Carlo Osório, embora mantendo inicialmente as liberdades no país, resolveu seguir “a política da porta aberta para o capital sadio, nacional ou estrangeiro”; tendo em vista a onda de protestos, seguida de distúrbios, suspendia, em novembro de 1970, as garantias constitucionais.

2 — Aspecto Geográfico

Maior e mais setentrional das Repúblicas da América Central, a *Guatemala* possui uma área de 109.724 km² (menor que o nosso território do Amapá — 140 276 km²), limitando-se com o México, Honduras Britânica, Honduras e El Salvador. Geograficamente, o país divide-se em três áreas distintas:

a) O *Petén*, imenso território de 36.033 km², continuação da península do Yucatan, apresenta selva virgem em vasta extensão; abundam aí as mais variadas espécies de madeiras, preciosas por suas qualidades medicinais ou colorantes, entre as quais o ébano, o pau-rosa, o pau-campeche, o pau-brasil, o cedro e a seringueira. É ainda desta região o chiclete ou goma de mascar, quase que monopólio local, exportado em larga escala para os Estados Unidos.

Os núcleos populacionais do Petén de maior importância são *Flores e Progreso*. Na realidade, o Petén é, dos 22 departamentos guatemaltecos, o mais despovoado, com apenas 21.588 habitantes; tal fato é explicado quer pela extensão florestal que cobre o território quer pelo quase isolamento em que se encontra com relação ao restante do país, por falta de meios de comunicação.

Em 1967 a população estimada no país era de 4.720.000 habitantes, dos quais 54% indígenas, 30% mestiços e o restante de brancos. Os indígenas descendentes dos astecas, toltecas e maias, grupos dos mais civilizados no continente, quando da chegada dos espanhóis, vivem de preferência no Petén. Nesta região se encontram as ruínas da cidade de *Tikal*, onde uma pi-

râmide de 58 metros constitui-se num dos monumentos mais importantes da América pré-colombiana. Em *Tikal* foi também descoberta uma pedra de jade, hoje no Museu de Leyde (Holanda), onde está gravada a mais antiga data do povo maia (320 d.C.)

Centro dispersor de águas, saem desta região do Petén vários rios para penetrarem no México ou Honduras Britânica. O *Usumacinta*, tributário do golfo de Campeche, constitui-se numa das poucas fronteiras naturais guatemaltecas, já que suas maiores extensões lineares são formadas por linhas astronômicas, meridianos e paralelos; é na realidade a mais importante rede de comunicações do norte do país.

Ainda na região se sobressai o lago *Petén Itza*, a 133 metros acima do nível do mar, com 40 km de comprimento por 20 de largura, em cujas margens são encontradas as ruínas da fortaleza de San Felipe, construída por Hernan Cortez em 1525. Deste lago sai o rio *Subin*, também pertencente à bacia fluvial do Usumacinta.

b) Saindo-se desta região do Petén, espécie de cunha interior, limitada pelo México e Honduras Britânica, sugere a *Guatemala mais desenvolvida e povoada* entre o mar das Antilhas, indo até as proximidades do Pacífico.

A costa antilhana, onde se forma o golfo de Honduras, é a de maior importância, graças ao comércio exterior que caracteriza Puerto Barrios. Para este litoral correm os rios *Polochic* e *Montagua*, além do *Sarstun* na fronteira com Honduras Britânica.

O Polochic é navegável a partir de *Panzos*, bem como através do lago *Izabal*, o maior do país (700 km²) nos seus 58 km leste-oeste por 24 km norte-sul. Esse complexo fluvial deságua no golfo de Honduras sob o nome de rio Dulce

A *serra das Minas* com cerca de 300 km de extensão e altitudes médias de 2 500 metros separa esta bacia flúvio-lacustre da área banhada pelo *Montagua*. Com cerca de 550 km de curso, só é navegável a partir de *Gualán*; banha juntamente com o rio Grande o

chamado "coração da República", ou seja, a área mais populosa do país.

Zacapa nas margens do rio Montagua, por sua posição centralizada na ferrovia que une Puerto Barrios à capital do país, transformou-se num centro manufatureiro de cigarros e charutos. *Chiquimula*, em vale bastante fértil, é a denominada "Pérola do Oriente", graças a seu comércio de café, fumo e milho, nas suas imediações, *Jalapa* domina rica região agropastoril. Finalmente surge *Guatemala*, capital do país, a 1 480 metros acima do nível do mar, ligada por ferrovia e rodovia a Puerto Barrios e centros mais importantes desta área *hinterland* do Pacífico

Ainda neste *hinterland*, a Guatemala se apresenta como uma das maiores áreas de atividade vulcânica do mundo. O vulcão *Água* (3 752 metros) deve seu nome ao fato de possuir água do degelo das neves acumuladas em sua cratera. Na erupção de 1541 destruiu a colonial cidade da Guatemala; a outra cidade, fundada em 1776 foi também arrasada por um terremoto em fins de 1917, quando foi outra vez edificada

Entre o vulcão *Água* e o *Atitlan* (3 500 metros), a cidade *Antigua*, que foi capital da América Central Espanhola até 1773, possui interessantes monumentos coloniais. Mais ao norte, *Chimaltenango* a 15 km de Antigua, domina região de canaviais, sendo ainda bastante procurada por suas águas minerais

Além do lago Atitlán com 137 km² de área, a 1 373 metros de altitude, circundado por altos picos e cones vulcânicos, localiza-se a cidade de *Quezaltenango*, a *Xelaju* dos indígenas. Situada a 2 380 metros acima do nível do mar, é a segunda cidade do país em importância cultural e econômica, reconstruída após o terremoto de 1902 com ruas largas e regulares. Entre esta cidade e a de *San Marcos*, a mais próxima da fronteira mexicana, estendem-se os principais cafezais do país

Para o norte, dominam a paisagem os vulcões *Tacaná* (4 064 metros) na fron-

teira com o México e o *Tajumulco* (4 210 metros), o mais alto da América Central. Surgem então *Huehuetenango*, em rica zona agrícola e mineral e, no centro geométrico do país, *Cobán*, a capital do norte, fundada por Frei Bartolomeu de las Casas, que se tornou célebre como protetor dos índios

c) A *costa do Pacífico*, com seus 296 km de extensão, é constituída por uma planície bastante seca, separada da meseta do "hinterland" por maciços vulcânicos, continuação da *serra Madre* que, procedente do México, atravessa todo o país em zona paralela ao oceano; ramifica-se em seguida rumo ao interior através da cadeia cristalina da serra das Minas.

Essa planície litorânea, cuja largura varia entre 65 e 105 km, apresenta rios de pequeno curso e torrenciais. Graças às formações arenosas e manguesais, é *pouco intensa a vida marítima* dos portos de *Ocos*, *Champerico* e *San José*. Este último, no entanto, é o mais movimentado da região, graças não só a sua ligação ferroviária com Puerto Barrios, como também por ser ponto de escala para as embarcações que unem São Francisco da Califórnia a diversos portos do continente americano

3 — Situação Econômica

A Guatemala é país agropastoril por excelência; em seu território 460 000 hectares são de terras aráveis, 300 000 hectares de prados naturais e pastos, enquanto a zona florestal ocupando a vasta área do Petén, abrange 65,6% do total do país

O café é o principal produto agrícola, ocupando 338 000 acres de terras e empregando cerca de 426 000 pessoas. O algodão e açúcar ocupam os lugares seguintes nas plantações, seguidos da banana, outrora o primeiro produto do país

A zona agrícola estende-se de preferência pela meseta central do país, ocupando os vales mais férteis. Na faixa costeira do Pacífico estão as mais importantes zonas de criação do gado

bovino aproveitando as planícies e deixando as comarcas mais altas para o *ovino*.

Nas *exportações* guatemaltecas 90% são representados pelos produtos agrícolas, entre os quais o café e algodão ocupam 68,5% do total; nesta última percentagem, porém, 50% pertence ao café

De 1958 a 1968 as *exportações* do país passaram de 107,4 dólares a 232 milhões. Embora a Guatemala tenha reduzido o "deficit" de sua balança comercial que, em 1967, era de 22,6 milhões de dólares para 5,0 milhões, em 1968, são ainda mais volumosas as *importações* comparadas às *exportações*.

É expressiva a expansão de suas trocas no exterior; a Guatemala mantém relações comerciais com cerca de 50 países. Dentre êsses, o seu principal administrador e cliente são os Estados Unidos, controladores da "United Fruit".

No entanto, a mais importante fonte de divisas para a Guatemala provém do MCCA (Mercado Comum Centro Americano), que vem realizando entre os países da América Central uma real integração econômica. Neste setor, o volume guatemalteco aumentou em mais de 350% entre os anos de 1962 a 1968; ressaltando-se no caso uma *exportação* maior que as *importações*

O terceiro lugar na balança comercial do país é ocupado pelo Japão*, em sua crescente procura de mercados no continente americano; de 1962 a 1968 quintuplicaram as suas trocas com a Guatemala.

Embora o subsolo guatemalteco encerre amplas *possibilidades minerais*, sua produção neste setor é ainda modesta. No entanto, o governo atual de Carlos Osório está procurando *atrair capitais estrangeiros* para o desenvolvimento do país neste setor. Embora os investimentos estrangeiros atinjam cerca de 248 milhões de dólares, novas empresas vêm promovendo inversões no país

* Vide *Atlas de Relações Internacionais* n.º 12

Em 1968 a IRCA, que há mais de meio século vinha administrando as ferrovias, abandonou o setor deixando um passivo de 35 milhões de dólares. Já a "United Fruit", perdendo a sua influência primordial na produção de bananas, monopoliza, ainda, nas terras que possui, o cultivo do algodão e cana-de-açúcar.

No setor dos *novos investimentos* se apresenta o *Canadá*, através da "International Nickel Company". Investindo 180 milhões de dólares na sua subsidiária *Exmibal*, obteve, ainda, para financiar seus empreendimentos, 70 milhões de dólares do Eximbank dos Estados Unidos. Nestas condições, a *Exmibal* obteve em 1965 a concessão para *explorar* uma área de 386 km² em jazidas de níquel, nas proximidades do lago Izabal; graças ao acôrdo, a Guatemala deverá transformar-se no 2.º país exportador de níquel da América Central, depois de Cuba

Nesta situação encontra-se a "Azufres de Guatemala", subsidiária da canadense "The Internacional Helium Co."; a "Recursos del Norte Ltda" para *prospecções petrolíferas* no Petén. Por sua vez a "Minas de Oriente S.A.," co-participante guatemalteca da "Minnesota Mining Co." dos Estados Unidos, pretende 40 km² nas imediações de Chiquimula, explorada a região, estima-se que as jazidas locais contenham 800 mil toneladas de minérios com 20% de chumbo e zinco.

Dêste modo, o futuro da Guatemala parece promissor no setor mineral

4 — A Questão de Belize

A Inglaterra não conseguiu beneficiar-se nesta corrida de capitais, graças ao rompimento das relações diplomáticas com a Guatemala, desde 1963. Tal situação prende-se diretamente ao fato da *disputa diplomática* a respeito de Honduras Britânica

O nome Honduras Britânica ou Belize é dado ao território que pertenceu à Espanha como *Capitania do Yucatan*, onde os ingleses se estabeleceram no século XVII, para a extração de madei-

ras úteis à tinturaria, em bosques que ocupavam 90% do total territorial

O estabelecimento oficializado no território pelos ingleses remonta ao *Tratado de Paris* de 1763, embora este permitisse apenas aos ingleses a construção de casas e armazéns na região para favorecer os madeireiros em sua atividade

Por ocasião da independência das nações da América Central, segundo a documentação publicada por Sir John Alder Burdon, os ingleses ainda se consideravam *simples usufrutuários na região*. Em 1893 o México, em tratado que assinava com a Inglaterra, renunciava a seus direitos no território de Belize. No entanto, a Guatemala que só se limitara a aceitar a fixação de limites, por convênios, passava a reivindicar oficialmente o território em 1939. A Constituição guatemalteca de 1946 introduzia, por sua vez, uma cláusula considerando seu esse território ocupado pelos ingleses. Embora tendo sido solicitada a mediação dos Estados Unidos e levado o caso à ONU, a questão mantém-se em pendência

Desde 1.º de janeiro de 1964 que foi concedido aos regionais de Belize *um governo autônomo* em questões internas, enquanto a Inglaterra continua a investir na região grandes somas para o seu mais rápido desenvolvimento. As-

sim, como o principal produto agrícola é a cana-de-açúcar, os ingleses investiram 8 milhões de libras esterlinas (1968) na "Belize Sugar Industries" para o desenvolvimento sistemático das regiões de Corozal e Orange Walk, esta última, dedicando-se, também, à produção de frutos cítricos.

Hoje, esse território em mãos dos ingleses, com 23.000 km² (pouco maior que o nosso Estado de Sergipe — 21.994 km²), possui um forte partido que deseja desligar-se da Inglaterra, mas repele por outro lado a união com a Guatemala. Dificulta ainda mais as pretensões da Guatemala a atitude do México, que não concorda com a integração do território, aceitando-o apenas como uma nação inteiramente independente

Alega de sua parte a Guatemala que o território é disputado por bloquear o *desenvolvimento do Petén*, que não tem por isso acesso ao mar; uma estreita cooperação econômica das duas áreas só redundaria em benefício de ambas as partes

A disputa se reflete na política interna de Honduras Britânica. Assim, o NIP (National Independence Party) acusa o PUP (People's United Party) de estar preparando a venda do território contestado à Guatemala

Agosto 1970

Rhodésia: independência e apartheidismo

Therezinha de Castro
Geógrafa do IBG

1 — Formação Geohistórica

A *Rhodésia* tem seu relêvo caracterizado por uma *vasta meseta*, cujas altitudes variam de 900 a 1.600 metros. Esta atravessa o país de sudoeste a nordeste; declina na região do *Zambeze*, onde atinge cêrca de 600 metros, apresentando na área do *Limpopo* 300 metros. Graças à sua configuração fisiográfica é, na realidade, um *centro dispersor de águas*, já que os numerosos rios nascidos nesta meseta correm nas quatro direções, buscando as terras mais baixas dos países vizinhos. Nasce, portanto, na *Rhodésia*, rios das bacias fluviais do *Limpopo*, *Zambeze* e *Save*, todos *tributários do Oceano Índico*, com suas embocaduras na província ultramarina portuguesa de *Moçambique*.

Constitui-se hoje num *país bloqueado* sem litoral próprio, situado entre bacias hidrográficas. No entanto, no passado, êsses *vales fluviais divergentes* permitiram que no seu centro comum se estabelecessem os *matabelês*, povo negro de língua banta, desde o *Limpopo* ao *Zambeze* onde se encontravam com os *mashonas*.

Em 1870, as terras dos *mashonas* e *matabelês* foi conquistada pelos *inglês chefiados por Cecil Rhodes*. Criada a *Companhia Britânica da África do Sul* (1889) foi a esta empresa concedido o direito de exploração das terras interiores entre o *Limpopo* e *Zambeze* que não estavam em poder dos portugueses e, posteriormente, os territórios

ao norte dêste último rio. Daí a *formação das duas Rhodésias* — a do sul, que manteve o nome e a do norte, atual *Zâmbia*.

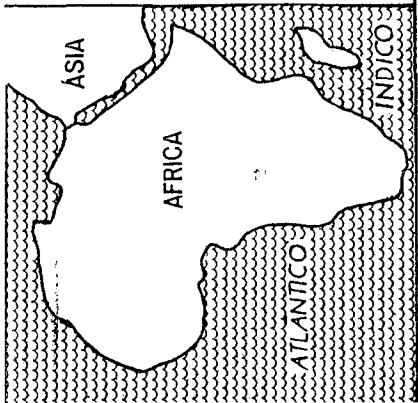
Eram rivais os *matabelês* da atual *Rhodésia* e os *mashonas* da *Zâmbia*. Êsse tribalismo negro agravar-se-ia com a presença do apartheidismo europeu. Pelo menos é o que se depreende da carta que *Lobenguela*, rei dos *matabelês*, escreveu à *Rainha Vitória*, na época da conquista inglesa: “o que desejo saber de Vossa Majestade é se um povo pode ser subornado não importa a que preço. Quero saber de Vossa Majestade porque os vossos vêm me matar? Matam-me os vossos por ter seguido o meu gado roubado, que se encontra hoje em poder dos *mashonas*?”

Assim, graças a essa formação geohistórica, foi efetuada uma ocupação das terras, implantadas de modo efetivo em 1930 e oficializada em maio de 1966 pelo “*Land Apportionment Act*”. Os *mashonas* têm suas áreas tribais localizadas no norte, concentrando-se sob a influência de *Salisbury*; os *matabelês* em áreas interrompidas no sul, centralizando-se em tórno de *Bulawayo*; entre os grupos negros, o colonizador europeu

2 — Aspecto Geoeconômico

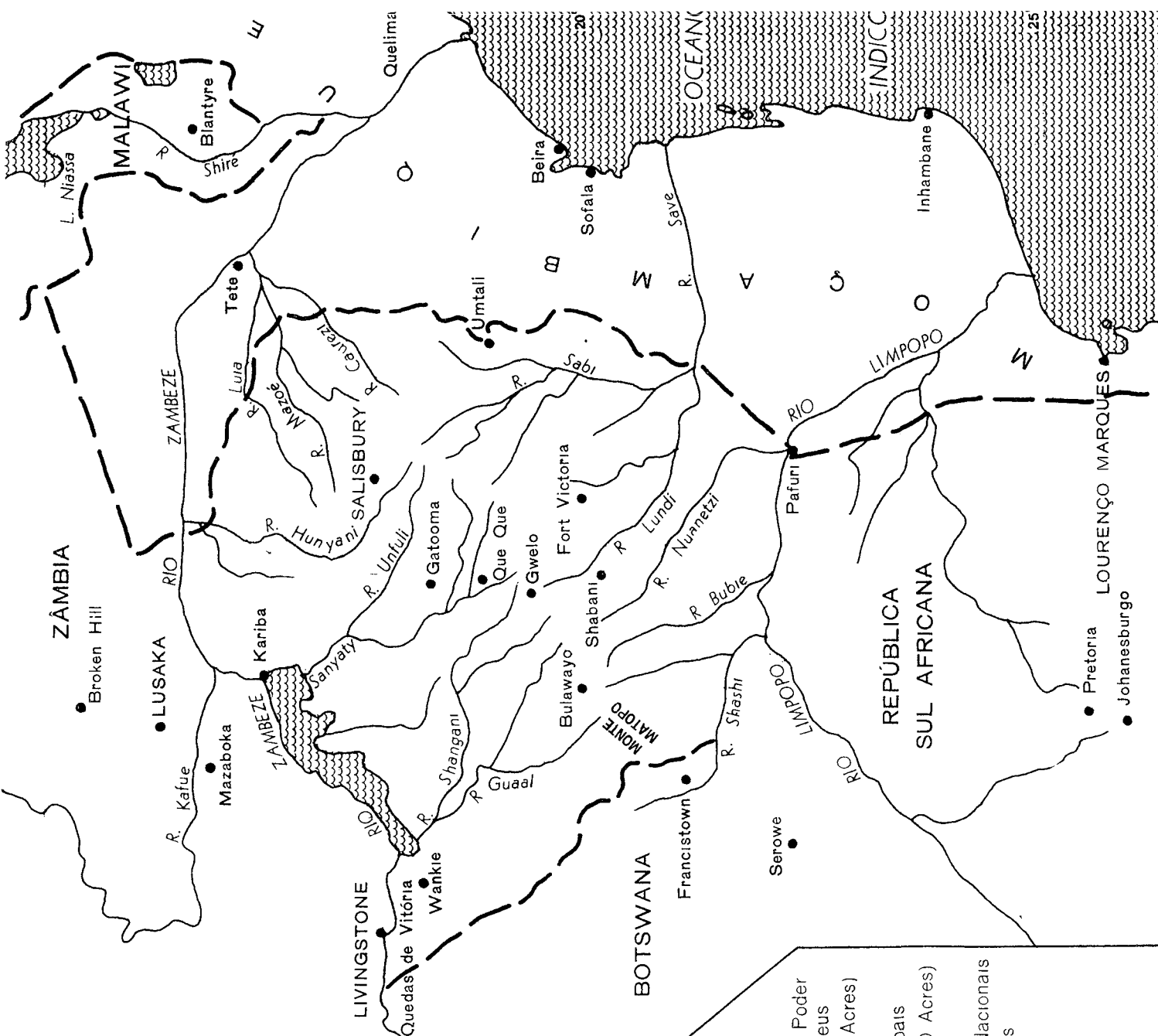
Embora localizada na *faixa tropical do continente africano*, a *Rhodésia* apresenta *temperatura amena graças ao fator altitude*, constituindo-se numa zona de transição entre as latitudes baixas e médias. Graças a seu clima, transformou-se numa *excelente área para a colonização européia*; por isso, em 1900, os colonizadores haviam se interiorizado muito mais nesta região do que em outra qualquer da *África Negra*.

A ocupação européia na *Rhodésia* prendeu-se à verdadeira *estratégia ferroviária*, posta em prática logo após a guerra dos *böers* (1889-1902) que, expulsando os holandeses do *Transvaal* (hoje província da *África do Sul*), uni-



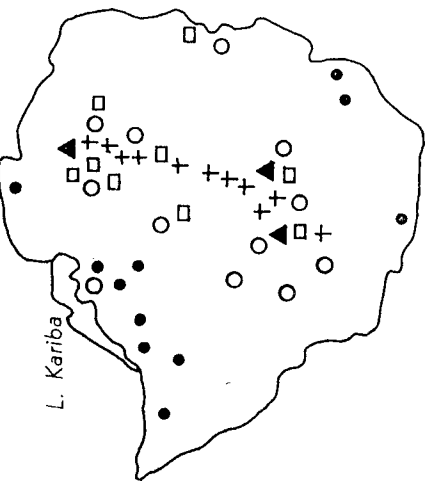
RHODÉSIA

Org. por Therezinha de Castro — 1971

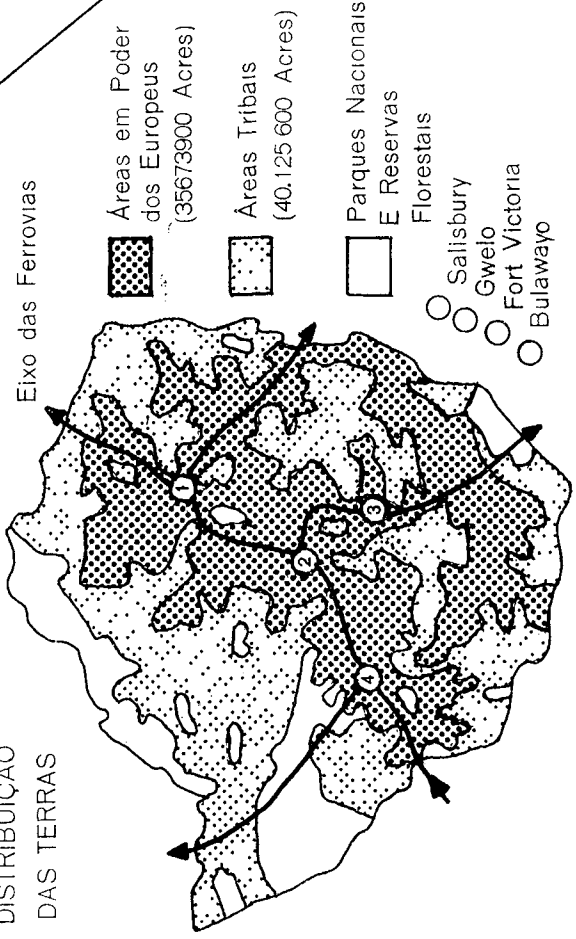


RECURSOS MINERAIS

- Carvão
- Cobre
- + Cromo
- Ouro
- ▲ Asbesto



DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS



ficou grande parte tropical do continente baixo, à soberania inglesa. Assim, avançando o sistema ferroviário do Transvaal, foi atingida a Rhodésia onde ingleses passaram a explorar *minas de ouro*, descobrindo em seguida os *depósitos de cromo*. Com o prolongamento do eixo ferroviário na direção da Rhodésia do Norte (atual Zâmbia) apresentavam-se novas riquezas a explorar, entre as quais o *cobre e asbesto*, como também jazidas de zinco e chumbo em Broken Hill. Estendido o eixo de Bulawayo às quedas de Vitória, alcançaram os colonizadores a *região carbonífera* alinhada junto ao Zambeze, em distância de vários quilômetros

Seguindo a larga rota da meseta interior, ao chegarem os trilhos ferroviários na Rhodésia, acentuou-se a urgente necessidade do escoamento direto para portos oceânicos. Assim, seriam postos em prática os *três eixos transversais buscando o Índico*, o primeiro servindo a rica região do Rand no Transvaal, atingia o porto de *Durban*; o segundo chegava a *Lourenço Marques*, o terceiro para o porto da *Beira*, substituto da história Sofala, graças às vantagens de estar abrigado num golfo e também pela maior proximidade da meseta com o oceano. Assim, a Rhodésia, além de centro natural dispersor de águas, transformava-se em *ponto de entroncamento do eixo ferroviário* que unia o sistema sul africano colonial inglês.

Observando-se o encarte (Distribuição das Terras), vemos que, em função da ocupação estratégica ferroviária, de um modo geral, as estradas de ferro, ainda hoje de suma importância para o escoamento das riquezas rhodesianas, encontram-se nas *áreas em poder dos europeus*. Através da "Rhodesia Railway" une-se o país economicamente, com a Zâmbia, a conexão com a "South Africa Railway" proporciona ainda acesso aos portos da República Sul Africana, por outro lado o escoamento chega à Beira e Lourenço Marques através da Estrada de Ferro de Moçambique

As ferrovias são importantes não apenas para a Rhodésia, mas também para toda a *circulação de riquezas da África Central*. Já Stanley, explorador do Congo a serviço do rei Leopoldo da Bélgica, dizia: — "sem ferrovia o Congo não conseguirá um só penny". Dentro dos mesmos princípios, se Cecil Rhodes não tivesse conseguido fazer passar os trilhos por Wankie, o carvão aí explorado não estaria hoje servindo às *indústrias alimentícias, têxteis e minerais* que se desenvolvem no eixo formado por *Salisbury, Que-Que, Gwelo e Bulawayo*.

A Rhodésia ocupa hoje, como país, uma área de 390 622 km², pouco maior que o nosso Estado do Maranhão (328.663 km²). A semelhança de sua vizinha, a República Sul Africana, constitui-se num *foco crônico do apartheidismo*, onde a minoria branca se sobrepõe à maioria nativa. Segundo estimativa feita em 30 de junho de 1968, os 4 670 300 habitantes do país estavam distribuídos nos seguintes grupos raciais

Negros	4 410 000
Branços	237 000
Mestiços	14 800
Asiáticos	8 500

Fonte *The Statesman's Year Book* (1969-70)

A *população branca*, abrangendo apenas 6% do efetivo demográfico, apresentou, após a Segunda Guerra Mundial, maior crescimento. Antes do conflito viviam na Rhodésia apenas 100 000 europeus; a cifra de 1968 reflete o movimento migratório dos últimos anos, que se vem processando não só das Ilhas Britânicas como também da própria República Sul Africana

Os *asiáticos*, constituídos por elementos cidadãos, vivendo especialmente do comércio, são também imigrantes, provenientes da Índia e Paquistão

Os *mestiços* refletem, de certo modo, a política de assimilação portuguesa; são

mais numerosos na fronteira com Moçambique e quase inexistentes nas demais zonas lindeiras do país. Observando-se o quadro seguinte, destacam-se *Salisbury* e *Bulawayo* como as duas cidades mais populosas. A primeira por ser, além do centro comercial e industrial, também capital do país; Bulawayo condiciona seu desenvolvimento como ponto de entroncamento das vias férreas para a África do Sul e Ociden-

tal, além de possuir um dos maiores aeroportos da região meridional do continente, onde se cruzam linhas aéreas do Cabo ao Cairo e de Nova York a Durban. Por outro lado, surge em terceiro lugar, afastada dessa área privilegiada, na fronteira com Moçambique, a cidade de *Umtali*; nesta, tomadas as devidas proporções com os dois primeiros centros urbanos, a mestiçagem é maior.

CIDADES	Branços	Negros	Outros
Salisbury	96 000	280 000	7 500
Bulawayo	54 000	210 000	7 300
Umtali	9 500	43 000	1 200
Que-Que	3 400	17 000	400
Gwelo	9 000	31 000	700
Gatooma	2 500	14 000	300
Fort Victoria	2 600	10 000	400
Shanany	1 900	15 000	100
Wankie	2 300	21 000	—

Fonte *The Statesman's Year Book* (1969-70)

Os *negros* vivem de um modo geral nas suas áreas tribais; os que migram para os centros urbanos trabalham em maioria para os brancos europeus como cozinheiros, serventes, motoristas, jardineiros, etc. Não têm permissão para residirem na cidade, daí habitarem em favelas, na periferia dos centros urbanos.

Apesar de sua riqueza mineral, a base da economia local é ainda a *agropecuária*. Nas zonas montanhosas do Matopo, onde se encontra o túmulo de Cecil Rhodes, é criado o gado *vacum*. De um modo geral as zonas agrícolas produzem *milho*, quase todo consumido pela população local, *tabaco*, *açúcar* e *frutas cítricas*. As áreas africanas, devido ao excesso populacional, são constituídas por *minifúndios*, variando entre 0,800 hectares a 1 200 hectares. Já os *latifúndios europeus*, em áreas servidas pelas ferrovias, têm sua produção destinada às exporta-

ções. Tomando-se como unidade a libra esterlina, o quadro seguinte indica, em dados de 1965, os *principais produtos de exportação da Rhodésia*.

Tabaco	46 968 149
Asbesto	10 761 271
Cobre	6 050 240
Cromo	3 809 799
Açúcar	3 482 485
Carvão	2 222 679

Fonte *The Statesman's Year Book* (1969-70)

A *Inglaterra* era a principal fonte no comércio do país. No entanto, graças às dissensões políticas, notamos, pelo quadro abaixo, que esse intercâmbio, registrado na proporção das 1 000 libras esterlinas, vem decrescendo de ano para ano.

ANO	1964	1965	1966	1967	1968
Importação	100 277	29 224	4 575	147	90
Exportação	40 574	31 484	2 685	1 041	809

Fonte *The Statesman's Year Book* (1969-70)

Além do *algodão* para as indústrias têxteis, de cultivo relativamente recente nas áreas irrigadas da bacia do Save, vem tendo desenvolvimento no país a *indústria do papel*, graças à *exploração madeireira* especialmente localizada na zona oeste do país, onde se estendem as grandes reservas florestais e parques nacionais. Assim, aproveitando a bacia do Zambeze, na zona fronteiriça entre a Rhodésia e Zâmbia, foi projetada a *barragem do Kariba* (1955) que cinco anos mais tarde estava concluída, com a formação de vasto lago artificial; êste lago, com 250 km de comprimento por 50 km de largura, além de produzir 1 milhão de kW para o funcionamento das indústrias, permite a irrigação de campos agrícolas estabelecidos nas imediações

3 — O Hinterland e a República Sul-Africana

O *hinterland africano*, formado pelas ex-colônias inglesas, hoje denominadas Botswana, Zâmbia, Malawi e Rhodésia, foi colonizado através da *penetração que partiu da África do Sul*. Assim, na época atual, *laços de dependência geoeconômica* unem o núcleo geohistórico formado pela República Sul-Africana a êsses países interiorizados, sem escoadouro marítimo, com a presença de Moçambique

Com o aparecimento do nacionalismo africano, após a Segunda Guerra Mundial, formaram-se nesse *hinterland* três países: Botswana, Zâmbia e Malawi, onde os europeus tinham me-

nos poder político Quando a Inglaterra concedeu independência a êsses países, sob direção de governos negros, surgiram sérias apreensões na República Sul-Africana, sobretudo com relação a uma quarta unidade política, o Lesoto, encravado no país aparteidista. Aos poucos, porém, as desconfianças se dissiparam quando os sul-africanos perceberam que tanto Jonathan, Primeiro Ministro do Lesoto, quanto Seretse Khama de Botswana mostravam-se bastante manejáveis tanto sob o ponto de vista político como militar Aceitaram êsses novos governos não só o estabelecimento de contatos diplomáticos, como também o estabelecimento de ampla cooperação no domínio econômico, repetindo o que se havia pré-estabelecido com a Swazilândia entre a República Sul-Africana e Moçambique. No norte, o Malawi, dirigido por Hastings Band, transformava-se igualmente num estado-cliente largamente tributário das somas expedidas por 80 000 malawianos trabalhando em fazendas e minas da África do Sul

A Rhodésia, *ponto central na ligação dêste hinterland*, fugiria à regra no processo de independência, graças ao *nacionalismo branco*, força motriz do aparteidismo. Êsse fato levou muitos a pensarem numa possível absorção dêste território, no qual a África do Sul faria uma quinta província No entanto, a anexação dêsses 200 000 brancos da Rhodésia traria a desvantagem dos 4 milhões de negros, africanos bem mais evoluídos que os bantus da África do Sul, com direitos cívicos limitados

Assim, o interesse da África do Sul é, na realidade, o de obter a *estabilidade política na Rhodésia*. Por isso, quando os matabelês se revoltaram na região de Wankie (1967), a República Sul-Africana auxiliou o governo de Ian Smith, enviando policiais armados para dar combate aos guerrilheiros

4 — Os Negros e o Nacionalismo

Os guerrilheiros que penetram nas fronteiras da Rhodésia, geralmente provenientes da Zâmbia, formam pequenos bandos de 5 a 50 homens, mal armados, que não podem fazer frente ao bem treinado e estruturado exército rhodesiano, apoiado por forças da África do Sul. Por outro lado, à semelhança do que se passa com o nacionalismo negro na África, o movimento encontra-se dividido desde 1963: o ZAPU (Zimbawue African People's Union) com seu chefe Joshua Nkomo, hoje na prisão, e o ZANU (Zimbawue African National Union) nascido da dissidência do primeiro, sob a chefia de Ndabaningi Sithole

A população negra da Rhodésia mostra-se de um modo geral apática, dividida por sua vez étnicamente em dois grupos rivais — os mashonas constituindo-se em 80% da população e os matabelês com 20%.

Cerca de 82% dos africanos vive no campo, onde contam com tôdas as dificuldades para se revoltarem. Dos que compõem a classe camponesa, a maioria, ou seja 53%, vive segundo princípios tradicionais da economia de subsistência; encontram-se agrupados em "reservas" ou áreas tribais, onde a propriedade privada inexistente e as reuniões políticas são interditas. Vivem inteiramente alijados da vida moderna

Nada puderam fazer contra o "Land Apportionment Act", que implantou o aparteidismo econômico no país. Os

que habitavam nas regiões englobadas pelos europeus foram obrigados a migrar, a fim de se reagruparem nas zonas que lhes havia sido destinada. Quando não quiseram agir assim, para permanecerem legalmente nas áreas em poder dos europeus, assinaram *contratos tribais de trabalho*; assim, conseguiram os europeus *abundante mão-de-obra de agricultores negros*, trabalhando 11 horas por dia, com salários, na maioria das vezes, pago em espécie.

Os 28% de negros dos centros urbanos são integrados por cerca de 91 000 domésticos, todos do sexo masculino, tirando seu sustento do trabalho em residências de famílias brancas ou, como operários nas indústrias e comércio, sempre sob orientação de seus patrões europeus

Assim, em todos os sentidos, há *mão-de-obra africana para os diferentes setores da vida nacional*. Os negros que não aceitam tal situação se expatriam, indo se estabelecer na Inglaterra ou nos países vizinhos.

5 — Situação Política

A Rhodésia nunca foi efetivamente colocada sob administração colonial inglesa. Suas terras foram conquistadas pela *Companhia Britânica da África do Sul*, fundada por Cecil Rhodes, auxiliada simplesmente por tropas regulares inglesas. Coube a esta Companhia a introdução de colonos europeus, notadamente ingleses e holandeses, e promover a exploração e exploração da Rhodésia.

Quando a Inglaterra, em 1923, tomou posse do território, dotou-o de *autonomia interna*. Dêste modo, à semelhança do que ocorreu nos Estados Unidos, os colonos brancos mantiveram suas *instituições administrativas e legislativas*, continuando com sua polícia e exército próprio. A Inglaterra jamais interferiu nos assuntos

políticos internos da região, mesmo que fôsse para defender os direitos da maioria africana

Quando em 1953 a Inglaterra permitiu a formação da *Federação das Rhodésias e Niassalândia*, o governo ficou inteiramente entregue aos brancos do sul. No entanto, em 1961, a Inglaterra outorgava *uma Constituição* para que a área se integrasse no *processo de independência*. Neste ponto surgiria o impasse, já que o poder branco da Rhodésia ocupando o governo em 1962 não aceitava fazer *nenhuma concessão suplementar aos africanos*. No ano seguinte, atendendo aos clamores nacionalistas dos negros, o *governo de Londres desfazia a Federação*, já que a Rhodésia do Norte e Niassalândia lhe pertenciam como colônias. Valendo-se do fato, pôde a Inglaterra conceder a independência a êsses territórios (Zâmbia e Malawi atuais) submetidos ao governo da maioria africana.

Ficava, por outro lado, definido que a independência só seria concedida à Rhodésia, quando a minoria branca se dispusesse a aceitar os *6 princípios propostos por Sir Alec Douglas-Home* que se resumiam no seguinte: a progressão sem obstáculos para uma outorga do poder à maioria, segundo o princípio já consagrado pela Constituição de 1961; garantias contra medidas consideradas retrógradas, melhorias no estatuto político dos africanos e abolição da discriminação racial.

A *Constituição de 1961*, porém, concedia *direito de voto* com base na renda, propriedade de bens móveis e instrução, possibilitando que a *maioria dos eleitores fôsse europeus*. Nesta situação, realizadas as eleições de março de 1965 *vencia o nacionalismo branco*, mantendo-se como Primeiro Ministro *Ian Smith, líder da Frente da Rhodésia*.

Não concordando com as proposições inglesas, Smith *declarava unilateralmente a independência da Rhodésia*, a 11 de novembro de 1965.

A *Constituição de 1969* deste país, considerado sob *regime ilegal*, transformava-o numa *república aparteísta*. Em lugar de um registro eleitoral

comum, criou um para *“votantes europeus”* e outro para *“votantes africanos”*, os negros só poderão se candidatar às *“magistraturas africanas”* e os brancos às *“européias”*. No Parlamento a *representação negra ficou dividida*, pois em lugar dos 15 representantes a que tinha direito, terão 16, mas com 8 eleitos pelo voto popular e 8 indicados pelos representantes tribais escolhidos entre os chefes.

Assim, a representação africana ficará fixada em 16 membros contra 50 europeus, até que os negros possam pagar mais de 24% do imposto de renda, para que isto aconteça várias gerações terão que se suceder, já que no presente momento a cifra de pagamento é de 1%.

Por outro lado, no Senado, a representação branca tem 10 cadeiras, 10 para os chefes de tribo, mas, em contrapartida, funcionarão 3 senadores nomeados pelo Chefe do Estado.

Está prevista também a revogação do Ato que distribuiu as terras no país: o novo estatuto em elaboração pretende ampliar a área europeia em quase 4 milhões de hectares, ou seja em mais de 25%.

Diante da rebeldia, a ONU encorajada pela posição firme da Inglaterra e animada pela OUA (Organização da Unidade Africana), resolveu adotar *sanções econômicas contra a Rhodésia*, em 1968, antes mesmo da entrada em vigor da nova constituição aparteísta.

Embora várias delegações tenham manifestado sua indignação contra a situação na Rhodésia, e o Comitê da ONU tenha acusado Portugal e República Sul-Africana por não terem tomado providências quanto à aplicação da resolução 253, o dito *“comércio ilegal”* continua a se realizar. Cerca de 250 milhões de dólares exportados deste *“país rebelde”* em 1969 correspondem às importações não declaradas feitas pelo Japão e Europa Ocidental, através dos portos livres de Bremen e Amsterdam, a Suíça, por sua vez, afirma que é difícil controlar a compra do tabaco da Rhodésia, geralmente camuflado por falsos certificados; a França mostrou

que é impossível dispor sobre o destino final das peças para automóveis, vendidas ao estrangeiro, por sociedades francesas ou suas filiais estrangeiras.

Dêste modo não se efetivaram no seu todo as sanções econômicas impostas pela ONU, mantendo-se Ian Smith firme em sua atitude. Mas a situação na Rhodésia poderá mudar, uma vez que *a classe dos brancos se está dividindo* através de partidos do centro, direita e esquerda. Contra a Frente Rhodésia de Ian Smith, alguns opositores afirmam que não poderá haver independência sem o reconhecimento internacional e o beneplácito da Inglaterra.

O *Partido do Centro*, liderado por Pat Bashford, embora pequeno, procura se

estribar na campanha pró-acôrdo com a Inglaterra. O *Partido da Direita* já conta com dois inimigos públicos de Ian Smith: são êles Bob Newson, presidente da "Rhodesian Iron and Steel Corporation" e Evan Campbell, presidente do "Standard Bank". Para êsses dois homens de negócios, a declaração unilateral de independência irá se transformar num "êrro grandemente custoso", graças às calamidades econômicas que virão no futuro, caso não haja acôrdo com a Inglaterra. A *ala extremista da esquerda* explora o fato de Ian Smith haver transformado o país numa "mini África do Sul".

Dezembro de 1970